

FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO  
DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP

# Relatório de Desempenho FAADEP

JAN - DEZ

20  
25

DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO CEARÁ



**DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**

Sâmia Costa Farias

**SUBDEFENSOR GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**

Leandro Sousa Bessa

**SECRETÁRIO EXECUTIVO**

Samuel de Araújo Marques

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA E  
SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ESTÁGIO**

Amélia Soares da Rocha

**ASSESSOR JURÍDICO**

Francisco Jose Veras de Albuquerque

**ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Bruno Fiori Palhano Melo

**ASSESSORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL**

Camila Vieira Nunes Moura

**ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE**

Natali Massilon Pontes

**COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL**

Manfredo Rommel Cândido Maciel

**COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR**

Aline Pinho Romero Vieira

**SUBCOORDENADOR DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR**

Guilherme Queiroz Maia Filho

Antônio Lopes Filho

Luciane de Sousa Silva Lima



**ASSESSORA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO**

Yamara Alves Lavor Viana

**ASSESSORA DE PROJETOS**

Anna Kelly Vieira Nantua Cavalcante

**CONTROLADORA INTERNA**

Ana Carolina Corrêa Lima Collins

**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Nídia de Matos Nunes

**SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Elienai Amaro de Sousa

**SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Ana Lúcia Sudário Dias Branco

**SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO**

Bianca Câmara Felippsen

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Antônio de Pádua Dias Costa Júnior

**SECRETÁRIO DE FINANÇAS**

Milton Luiz da Silva Medeiros

**SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Elias Xerxes Pinheiro Xerez

**SECRETÁRIA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E MANUTENÇÃO**

Karinny Ferreira Victor



# Sumário

**Palavra da Defensora Geral // 6**

**1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 8**

- 1.1. Descrição geral // 8
- 1.2. Missão e finalidade // 9
- 1.3. Competência // 9
- 1.4. Estrutura organizacional // 9


**2. Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 10**

- 2.1. Metodologia // 10
- 2.2. Plano de Atuação // 12
- 2.3. Estratégias // 14
- 2.4. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 15
- 2.5. Orçamento Participativo // 23

**3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal // 27**

- 3.1. Fontes // 27

**4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 30**

- 4.1. Execução dos programas de governo // 30
  - 4.2. Execução dos projetos e atividades // 31
- 

**5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 34**

5.1. Indicadores de Gestão // 34

5.2. Indicadores de Desempenho // 42

**6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso // 47**

**7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres // 48**

**8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades // 49**

**9. Conclusão // 50**

**10. Bibliografia // 52**

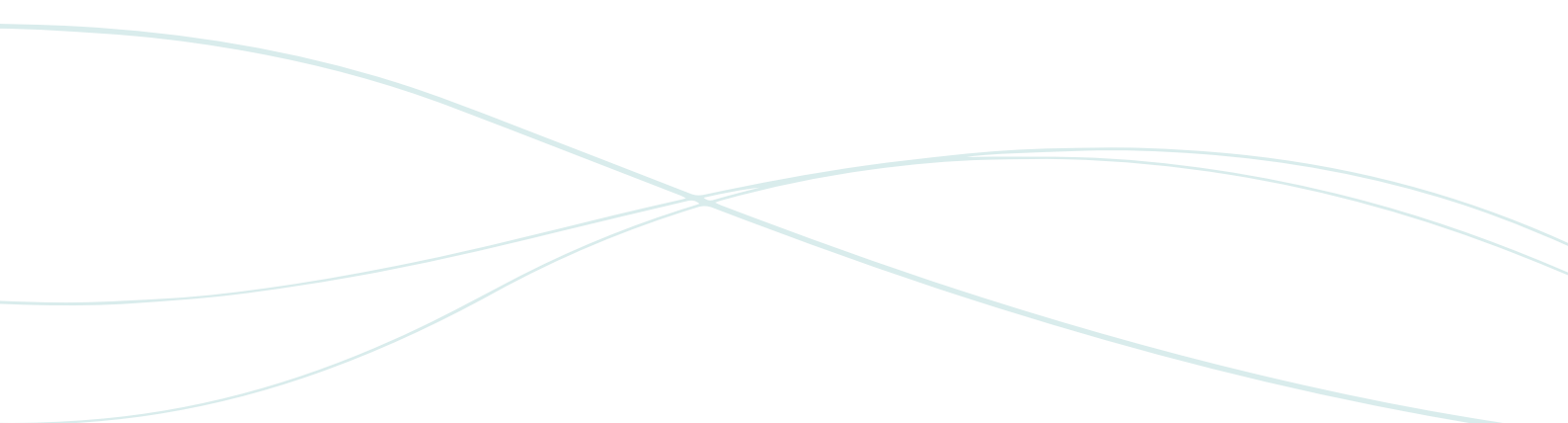
# Palavra da Defensora Geral

Gerir bem os recursos públicos é garantir direitos da população cearense. É com esse entendimento que apresentamos o Relatório de Desempenho do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP, referente ao exercício de 2025. Mais do que um demonstrativo técnico-orçamentário, este documento traduz o compromisso da instituição com o uso responsável, transparente e estratégico de cada recurso arrecadado.

Ao longo do ano, o FAADEP consolidou-se como instrumento essencial para o fortalecimento institucional da Defensoria Pública. Os números comprovam esse avanço: dos 65 projetos que compõem o Planejamento Estratégico 2024-2025, alcançamos um índice médio de execução de 95%. Esse salto reflete maturidade na gestão, disciplina no acompanhamento das metas e empenho de cada equipe responsável pelas ações planejadas.

Os recursos administrados pelo Fundo, oriundos do FERMOJU e dos emolumentos extrajudiciais, foram aplicados com responsabilidade e rigor, um desempenho orçamentário que se traduz na expansão dos serviços prestados à população. Em 2025, mais de 2,1 milhões de atuações beneficiaram direta e indiretamente quase 7,8 milhões de cearenses.

A obtenção do Selo Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública da ATRICON, com índice de 100% de Transparência, reafirma esse compromisso e posiciona a instituição entre as referências nacionais em boa governança pública.



Assim, cada indicador apresentado nestas páginas, seja de execução orçamentária, seja de desempenho estratégico, representa decisões tomadas com responsabilidade e voltadas a um único propósito: ampliar o acesso à justiça e fortalecer a presença da Defensoria Pública em todo o território cearense.

Nada disso seria possível sem o trabalho conjunto das equipes administrativas da Defensoria Geral envolvidas na execução das ações financiadas pelo Fundo. A cada projeto concluído, a cada recurso bem aplicado, reafirma-se o compromisso coletivo de transformar arrecadação em serviço público de qualidade.

Seguimos, no exercício de 2026, comprometidos com o aprimoramento contínuo da gestão, com a transparência na aplicação dos recursos e com o fortalecimento de uma Defensoria Pública cada vez mais autônoma, eficiente e presente na vida de quem mais precisa.

**Sâmia Farias**

*Defensora pública geral  
do Estado do Ceará*



# 1 Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

## 1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP adveio por meio da Lei nº 13.180/2001 com o escopo de destinar os recursos para apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Instituição.

A Lei nº 15.490/2013 alterou o art. 2º da mencionada legislação dispondo o que se compreende como “programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”:

*“A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.*

A Lei 18.083/2022 alterou o art. 3º da mencionada legislação dispondo que a data de vencimento das guias de recolhimento será definida em Instrução Normativa expedida pelo Defensor Público Geral.

Importante registrar ainda, que a citada Lei 15.490/2013 além de redefinir o “programa de trabalho”, também acrescentou, como fonte de receita, os 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros.

Assim, após a nova fonte de receita e tendo em vista a necessidade de gerir também a nova fonte de receita, foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF).

## **1.2. Missão e Finalidade**

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

## **1.3. Competência**

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados.

Consoante já mencionado, compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.

## **1.4. Estrutura organizacional**

Em 2014 foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF)

O art. 4º da Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, alterada pela IN nº 11/2015, publicada no DOE nº 040, em março de 2015, estabelece que o COGAOF (Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro) será composto pelos seguintes membros: I – Secretário Executivo; II – Assessor de Planejamento e Controle; III – Assessor de Desenvolvimento Institucional; IV – Assessor de Projetos; V – Chefe da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública; VI - Coordenador Administrativo Financeiro.

O §1º do mesmo dispositivo do referido diploma legal (IN nº 09/2014) define que o COGAOF será coordenado pelo Secretário Executivo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

# 2 Estratégias e Planos de Ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

## 2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

**Usuário e Sociedade (Perspectiva dos Clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

**Estruturante (Perspectiva dos Processos Internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

**Desenvolvimento Institucional (Perspectiva do Aprendizado e Crescimento):**

consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

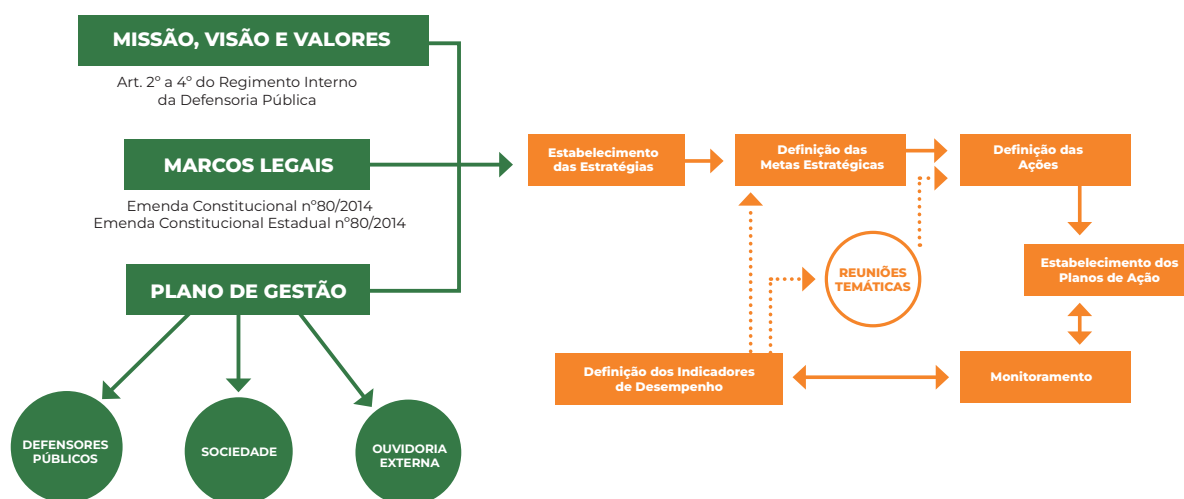
**Orçamentária (Perspectiva Financeira):**

prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

## 2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

## 2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

**Missão:** é, em essência, o propósito da organização;

**Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;

**Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

<b>MISSÃO</b> (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
<b>VISÃO</b> (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
<b>VALORES</b> (art. 4º, RI DPGE)	<p><b>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade:</b> obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p><b>Eficiência e Eficácia:</b> prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p><b>Transparência e Publicidade:</b> praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p><b>Cooperação:</b> trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p><b>Ética:</b> agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p><b>Responsabilidade Socioambiental:</b> adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p><b>Inovação:</b> permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p><b>Modernização:</b> adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

## 2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2024-2025 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada. Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

### Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2024-2025:

MISSÃO		VISÃO		
Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz		Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça		
USUÁRIO E SOCIEDADE	US1	US2	US3	
	Atender com eficiência, eficácia e qualidade	Estimular a participação popular na gestão da instituição	Aprimorar a transparência administrativa	
ESTRUTURANTE	ES1	ES2	ES3	
	Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa	Ampliar as estruturas das unidades localizadas no interior	Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados	
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	DI1	DI2	DI3	
	Expandir a presença da DPGE nas unidades Jurídicas	Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores	Dinamizar a comunicação interna	
ORÇAMENTÁRIA	OR1	OR2	OR3	
	Utilizar de forma eficiente os recursos alocados	Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do Orçamento	Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria	

Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025

## 2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 65 (sessenta e cinco) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

### MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2024-2025

N.	PROJETO	RESP.	IND	META		% EXEC.
1	Concluir o projeto de virtualização dos processos administrativos	ADINS	IEC	Efetivar a utilização de Sistema de Virtualização do Processos Administrativos	OR1 US3 US1	100%
2	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Implantar melhorias no sistema de Folha de Pagamento	ES1 OR2	100%
3	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	ADINS	IEC	Adotar as melhorias sugeridas por empresa especializada	ES3	100%
4	Unificar os Sistemas Integra e Nossa Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Integração na Defensoria	DI3 ES3 US3	75%
5	Fomentar a gestão dos colaboradores da Defensoria	ADINS	ICO	Implantar Sistema de Gestão de Colaboradores	ES3 OR1	100%

<b>6</b>	Adoção de nova Carteira Funcional Digital para os Defensores(as)	ADINS	ICO	Disponibilizar nova Carteira Funcional Digital para os Defensores	US1 ES1	100%
<b>7</b>	Implementação de arquivo único e guarda dos processos legados da Defensoria	SEEXEC	IEC	Implantar novo Arquivo e guardar dos processos físicos	OR1 US1	100%
<b>8</b>	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	ARINS	ICO	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários	US2 US1	100%
<b>9</b>	Ampliar a figura do mediador comunitário para fomento da política de solução extrajudicial de conflitos com a participação direta da comunidade;	ARINS	IPE	Aumentar o quantitativo de mediadores comunitários	US2 US1	100%
<b>10</b>	Propor a criação do Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	ARINS	IEC	Implantar o Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	US2 US1	50%
<b>11</b>	Contribuir para a ação interiorizada da Ouvidoria Externa, com vistas a facilitar o diálogo da sociedade civil com a Defensoria Pública em todas as comarcas em que estiver instalada e sedimentar a importância de Instituição para a comunidade	ARINS	IEC	Fortalecer a Ouvidoria Externa em seu atendimento no interior do Estado	US2 US1	100%
<b>12</b>	Fomentar a Capacitação para diversificar e ampliar a participação de defensores públicos em entrevistas, programas de televisão, rádio e outros meios de comunicação	ASCOM	ICO	Capacitação para os Defensores(as) em Comunicação Externa	DI2 DI3	100%
<b>13</b>	Ampliar o número de novas sedes Defensoriais no interior do Estado do Ceará	ASPLAC	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	DI1	100%
<b>14</b>	Ampliar e aprimorar a estrutura dos órgãos de atuação dos defensores do segundo grau	ASPLAC	IEC	Realizar melhorias na infraestrutura do Núcleo do 2º Grau	US1	100%
<b>15</b>	Avançar na ampliação e modernização das sedes próprias da Defensoria	ASPLAC	IEC	Ampliar, modernizar e reformar os Núcleos da Defensoria	US1	100%
<b>16</b>	Aproximar o Defensor Público do CONSUP, garantindo ampla e absoluta publicidade das deliberações e decisões	ASPLAC	IEC	Publicização das deliberações do CONSUP	US3	100%
<b>17</b>	Virtualização do Processos do CONSUP com possibilidade de acesso direto aos Defensores	ASPLAC	IEC	Efetivar a virtualização dos Processo do CONSUP em novo sistema de processo virtual	US3	50%

<b>18</b>	Elaborar projetos para futuras instalações da Central de Atendimento dos defensores Públicos	ASPLAC	ICO	Elaborar projetos arquitetônicos da Nova Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ES2 D11	100%
<b>19</b>	Implantação de Econúcleos no Interior do Estado através de formalização de Convênios	ASPLAC	IEC	Inauguração de Econúcleos no Interior do Estado	D11 ES2	100%
<b>20</b>	Criação de setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	ASPLAC	ICO	Implantar o setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	US1	100%
<b>21</b>	Criar Laboratório de Inovação destinado à concepção e implantação de soluções inovadoras no âmbito da DPGE-CE	ASPRO	ICO	Implantar o Laboratório de Inovação	OR1 US1	100%
<b>22</b>	Fomentar ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente no âmbito interno da Defensoria Pública	ASPRO	IEC	Implantação de coleta seletiva ou utilização de energias renováveis na sede da Defensoria Pública do Estado do Ceará e/ou interlocução com cooperativa de catadores da região	OR1	100%
<b>23</b>	Ampliar o atendimento jurídico prestado para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes	ASPRO	ICO	Disponibilizar atendimento Defensorial no Escritório Popular da Juventude através de Convênio com a UFC e Secretaria da Juventude	US1 US2	100%
<b>24</b>	Ampliar a atuação da Defensoria Pública no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres na Capital e no Interior do Estado	ASPRO	IEC	Disponibilizar Defensor(a) nas novas Casas da Mulher Cearense e Brasileira	US1 D11	100%
<b>25</b>	Aperfeiçoar e aumentar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de rua	ASPRO	IEC	Realizar 06 atendimentos itinerantes na Capital e região metropolitana	D11 US1	100%
<b>26</b>	Monitorar e buscar editais abertos pelos governos federal, estadual e municipal para o financiamento de projetos, além de buscar a captação de recursos e desenvolvimento de parcerias para melhorar a atuação defensorial e as condições das pessoas em situação de vulnerabilidade	ASPRO	IEC	Captar recursos convênios/parcerias com o Governo Municipal, Estadual e Federal	OR3 OR2	100%

<b>27</b>	Ampliar a divulgação de ações, projetos, atuações e práticas exitosas realizados pelos Defensores Públicos da Capital e do Interior do Estado	ASPRO	IEC	Implantar ações de apoio em Projetos Inovadores na Defensoria Pública (Inscrições no INOVARE)	DI2	100%
<b>28</b>	Ampliar a utilização do aplicativo de agendamento, desburocratizando e humanizando o acesso do assistido à Defensoria Pública, fazendo com que o assistido somente se desloque no dia já agendado para atendimento com o Defensor Público	ASREC	IEC	Aumentar o quantitativo de adesões ao uso do aplicativo	US1 ES3	100%
<b>29</b>	Capacitação semestral da equipe do 129, identificando equívocos de informações e/ou encaminhamentos, evitando o deslocamento desnecessário do assistido.	ASREC	IEC	Realizar capacitações semestrais	DI2	100%
<b>30</b>	Aumentar a quantidade de colaboradores na equipe do 129, promovendo a divulgação dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Ceará, evitando o deslocamento desnecessário do assistido	ASREC	IEC	Contratar mais colaboradores para a equipe do 129	US1	100%
<b>31</b>	Criação de “passo a passo”, através do Direito Visual, a ser entregue para o assistido após a interposição da inicial, explicando como acompanhar o seu processo com o Defensor Público, contendo informações sobre as formas de agendamento e atendimento do núcleo da Defensoria Pública que será responsável para acompanhar o processo	ASREC	IEC	Aprimorar técnicas de informação de como o assistido possa acompanhar o seu processo após interposição inicial	US1	100%
<b>32</b>	Aplicar a Linguagem Simples (movimento social e técnica de comunicação que torna o conteúdo acessível para o maior número de pessoas) e Direito Visual (“Visual law” – transformação da informação jurídica em algo mais acessível) no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará, facilitando a compreensão da informação ao assistido	ASREC	IEC	Aplicação da Linguagem Simples e Direito Visual no Site da Defensoria Pública do Estado do Ceará e na indicação de documentação necessária para interposição de ações judiciais	ES3 US3	100%
<b>33</b>	Aprimorar os mecanismos de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas, a fim de evitar que sejam exercidas em prejuízo da atividade ordinária	CDC/CDI	ICO	Implantar nova metodologia de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas	OR1 DI1	100%
<b>34</b>	Ampliar a atuação da Defensoria no interior com a abertura de Defensorias em novas Comarcas	CDC/CDI	IEC	Ampliar a interiorização da Defensoria Pública	DI1 US1	100%

<b>35</b>	Criar fluxo de acompanhamento informatizado de projetos, reuniões e demais atividades da Coordenadoria das Defensorias do Interior	CDC/CDI	IEC	Implantar Sistema de Gestão de Atividades para o CDC/CDI	ES3 US3	100%
<b>36</b>	Ampliar o Orçamento da Defensoria	DPGE	IEC	Aumentar os Orçamentos da Defensoria nos anos 2024 e 2025	OR2	100%
<b>37</b>	Fomentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar o Setor de Arrecadação	OR1	100%
<b>38</b>	Ampliar o quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Aumentar o efetivo de profissionais contratados na área administrativa e aumentar disponibilidade de cargos comissionados para área administrativa	OR3	100%
<b>39</b>	Realizar desoneração do FAADEP, com ampliação da transferência de despesas para o Tesouro	DPGE	ICO	Aumentar o orçamento de custeio da Defensoria na Fonte Tesouro	OR2	100%
<b>40</b>	Incluir na lei o pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	DPGE	IEC	Publicar alteração da Lei referente ao pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	US3 OR1	67%
<b>41</b>	Implantar a Lei de Acervo de Produtividade	DPGE	IEC	Publicar a Lei para o Acervo de Produtividade	OR2	100%
<b>42</b>	Nomear mais Defensores Públicos para o fortalecimento da interiorização da Defensoria Pública	DPGE	IEC	Nomear Defensores Públicos para lotação nos municípios do interior do Estado Ceará	DII US1	100%
<b>43</b>	Atualizar constantemente o auxílio saúde para avançar ainda mais na política de atenção à saúde	DPGE	ICO	Atualizar o valor financeiro do Auxílio Saúde para Defensores/ Servidores	OR2	100%
<b>44</b>	Ampliar e fortalecer a equipe psicossocial, sobretudo para os núcleos especializados	DPGE	IEC	Realizar a contratação de Psicólogas e Assistentes Sociais	US1 DII	100%
<b>45</b>	Aumentar o número de Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	DPGE	IPE	Disponibilizar mais Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	US1 DII	100%

<b>46</b>	Aumentar a quantidade dos Defensores Auxiliares especializados em Violência Doméstica familiar contra a mulher, Família e Crime no interior do Estado do Ceará	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade dos auxiliares especializados em Família, Violência Doméstica familiar contra a mulher e Crime	DI1 US1	100%
<b>47</b>	Ofertar mais serviços à população através da disponibilização de novas atividades Cumulativas	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade de serviços disponíveis a população	DI1 US1	100%
<b>48</b>	Avançar com a criação dos cargos de defensores de segundo grau para manter a correspondência constitucional	DPGE	ICO	Criar novos cargos de Defensor 2º Grau	OR2	100%
<b>49</b>	Avançar com a expansão do intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as defensorias públicas	ESDP	IEC	Implantar e disseminar banco de projetos exitosos	DI2 DI3	75%
<b>50</b>	Regulamentar e criar grupos de trabalho para pesquisa e atuação coordenada, em casos de grande repercussão, principalmente, e em temáticas específicas que envolvam mais de um município	ESDP	IEC	Implantar grupo de trabalho para pesquisa e atuação coordenada.	US1	100%
<b>51</b>	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional, como o Memória Viva, e fomentar novos projetos para a conservação da história da Defensoria	ESDP	IEC	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional	DI2 DI3	67%
<b>52</b>	Desenvolver plataforma de jurimetria, com mapeamento das decisões judiciais e precedentes	ESDP	IEC	Implantar Plataforma de Jurimetria	ES3	100%
<b>53</b>	Implantação do Comitê de Precedentes	ESDP	IEC	Implantar o Comitê de Precedentes	US2	100%
<b>54</b>	Disponibilizar nova estrutura dos Cursos de Formação	ESDP	IEC	Implantar a estrutura do Curso de Formação, estruturando metodologicamente o Curso de Preparação Inicial, a Formação Continuada e o Projeto Social	DI2	100%
<b>55</b>	Realizar o Projeto Defensoras Populares parceria com o Ministério da Justiça e a UNILAB	ESDP	IEC	Implantar o Projeto Defensoras Populares	US2 DI1	100%
<b>56</b>	Reestruturar o Concurso de Teses e/ou Práticas	ESDP	IEC	Implantar o Concurso de Teses e/ou Práticas, em anos alternados(Em 2024 e 2025)	DI2	100%
<b>57</b>	Ampliar o Núcleo de Pesquisa	ESDP	IEC	Ampliar à atuação do Núcleo de Pesquisa e a repercussão prática dos resultados	DI2	100%

<b>58</b>	Realizar encontros Regionais Defensoriais	ESDP	IEC	Realizar 06 encontros Regionais Defensoriais	DI3 DI2	17%
<b>59</b>	Ampliar o programa de estagiários de graduação e pós-graduação	NUEST	IPE	Aumentar o quantitativo de estagiários de graduação e pósgraduação	DI1	100%
<b>60</b>	Elaborar o Projeto de Lei sobre a Regulamentação do Programa de Estágio não obrigatório de graduação e pósgraduação no âmbito da Defensoria Pública	NUEST	IEC	Envio de Projeto de Lei da Regulamentação do Programa de Estágio	OR2	100%
<b>61</b>	Ampliação de cursos de capacitação para os estagiários, sendo disponibilizados na plataforma EAD da Escola Superior	NUEST	IEC	Ampliar cursos na Plataforma EAD/ESDP	DI2	100%
<b>62</b>	Implementação do Relatório automatizado dos Estagiários	NUEST	IEC	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários de Graduação e Pós-Graduação	ES3 US3	100%
<b>63</b>	Desenvolver uma política interna que possibilite a garantia da segurança pessoal de defensores, colaboradores e estagiários, principalmente, em núcleos temáticos sensíveis da capital e do interior do estado	SEXEC	IEC	Implantar Política interna de Segurança Pessoal na Defensoria Pública	ES1	100%
<b>64</b>	Fortalecer ainda mais a comunicação interna, alinhando fluxos com o objetivo de garantir maior eficiência;	SEXEC	IEC	Disponibilizar novo regramento dos Fluxos Administrativos	DI3	100%
<b>65</b>	Renovar a Frota de Veículos da Defensoria	SEXEC	IEC	Disponibilizar nova Frota de Veículos	OR1	100%
<b>Percentual médio de execução</b>						<b>95,38%</b>

Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025 e DASHBOARD de Dezembro de 2025

### SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

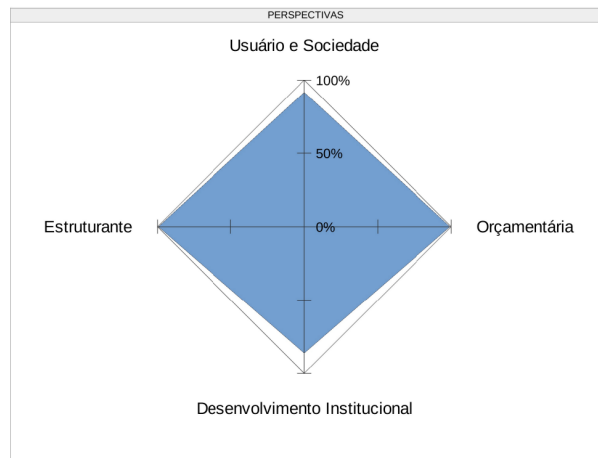
NUEST - Núcleo de Estágio

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

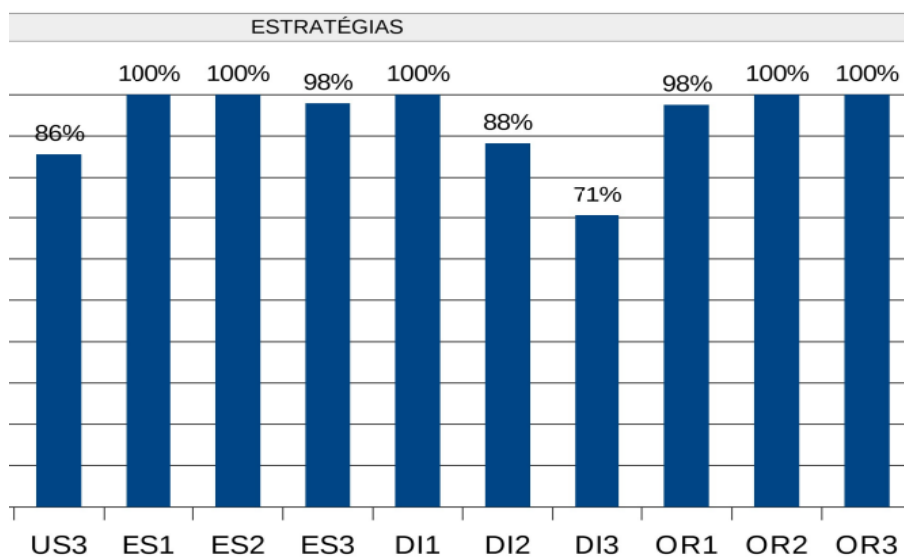
IEC - Índice de Etapa Concluída

IPE - Índice Percentual

**De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do BalancedScoreCard (BSC):**



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025 e DASHBOARD de Dezembro de 2025



Fonte: Plano Geral de Atuação 2024-2025 e DASHBOARD de Dezembro de 2025

## 2.6. Orçamento Participativo



### 2.6.1. Apresentação

O 10º ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará de 2025 foi muito rico, mesmo porque a Defensoria estava em permanente diálogo com os movimentos sociais por conta da execução de projetos itinerantes (no ano de 2024) como o Projeto Amar Defensoria e Defensoria em Movimento com grande número de ações realizadas e, podemos dizer que tivemos um bom número de participação em todas as 06 (seis) audiências públicas por conta dessa proximidade.

Importante salientar que em 2025 seguindo a metodologia já consolidada, a primeira fase do Orçamento Participativo da Defensoria Pública, qual seja a consulta pública (que aconteceu entre os dias 31 de janeiro a 03 de março em link hospedado no site da Defensoria), obteve 294 manifestações.

Após a elaboração do formulário com 15 propostas retiradas e reiteradas em consulta pública, deu-se a fase da realização das audiências públicas. Menciona-se que a riqueza e a efetividade desse momento de plenária é que, além da eleição das propostas a serem priorizadas pela

instituição para o próximo ciclo orçamentário, outras proposições são indicadas para a melhoria da qualidade do atendimento defensorial em todo o Estado do Ceará.

Este ano, além da realização da 4ª edição do Projeto Mutirão Transforma (com entrega de 160 certidões de registro civil retificadas) em Fortaleza, Região do Cariri e Região do Sertão de Crateús/Inhamuns (este território por proposta em audiência pública de Crateús no ano de 2025), outras atividades serão realizadas por conta dessa voz generosa que é propiciada pelo Orçamento Participativo da Defensoria.

O ano de 2025 iniciou o ciclo do OP com a audiência pública da Região do Centro Sul e Cariri (no auditório da Universidade Regional do Cariri) e contou com a participação de 89 pessoas, sobretudo comunidades rurais, movimento de catadores de materiais recicláveis, movimentos de luta por moradia e famílias que atua na defesa das pessoas portadoras com Transtorno de Espectro Autista - TEA.

Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Sertão Central e Sertão de Canindé, no Teatro da Pousada Franciscana, em Canindé/CE, com a presença de 54 participantes, notadamente povos de comunidades rurais e movimentos sindicais. A pauta se deu no fortalecimento da atuação da Defensoria nas comunidades rurais e nos distritos para que o acesso à justiça seja mais descentralizado e democrático.

A terceira audiência aconteceu no auditório da Cáritas Diocesana de Crateús, em Crateús/CE, com 115 participantes. Foi um momento de importantes intervenções, sobretudo na implementação de núcleos especializados de saúde (considerando a questão do acesso à saúde para pessoas com TEA) e de defesa das mulheres, a realização do mutirão de retificação de nome e gênero para as pessoas da região, assim como o fortalecimento das atividades itinerantes da Defensoria para facilitar o atendimento das comunidades mais distantes das sedes dos municípios. Na ocasião contamos com a presença da autoridade municipal, a Prefeita Janaína Farias.

A quarta audiência aconteceu no auditório da FAFIDAM, em Limoeiro do Norte, estiveram presentes 103 pessoas. Foi um momento de manifestações que trouxeram a história de luta das lideranças da região e da necessidade de que a Defensoria atue na defesa do meio ambiente e contra o uso de veneno nas plantações (contra a pulverização aérea). Importante ressaltar que a audiência pública aconteceu em meio a Semana Zé Maria do Tomé, em parceria com o Movimento 21 – M21.

A quinta audiência aconteceu na Região da Ibiapaba, no Teatro D. Pedro II, em Viçosa do Ceará e a pauta que mais foi debatida foi a questão do enfrentamento à violência contra a mulher, a necessidade das atividades itinerantes para a Região da Serra da Ibiapaba e o fortalecimento da participação da juventude. Estiveram nesse momento 78 pessoas.

A sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza, no Auditório do Centro de Formação Frei Humberto, com a massiva participação e representação

de vários movimentos sociais (138 pessoas presentes). Dentre as maiores reivindicações estavam a garantia do direito à saúde, à mobilidade urbana, o enfrentamento à violência contra mulheres, a defesa da luta pelos direitos à moradia, a descentralização dos serviços da Defensoria e dos direitos para população LGBTQIA+.

## 2.6.2 Escolha das prioridades a partir das propostas do Formulário

O Formulário construído a partir das demandas apresentadas na Consulta Pública, com a contribuição de 294 pessoas que responderam virtualmente, continha 15 propostas que versaram, principalmente, sobre reestruturação, ampliação, agilidade e humanização do atendimento defensorial, além de demandas específicas de instalações de núcleos no interior do estado, interiorização da atuação especializada e fortalecimento de projetos de efetivação de direitos, notadamente com o foco para atividades itinerantes.

**Cada participante escolhia até 10 propostas prioritárias. Na compilação final, apresentamos abaixo as propostas mais votadas:**

- 1) PROPOSTA NÚMERO 2:** Realizar Mutirão da Defensoria Pública sobre as demandas da saúde em parceria com as Secretarias Estadual e Municipais
- 2) PROPOSTA NÚMERO 10:** Criar o núcleo de combate ao racismo
- 3) PROPOSTA NÚMERO 3:** Fortalecimento, ampliação interiorização do Projeto Defensoria em Movimento para que possa atender comunidades tradicionais e rurais
- 4) PROPOSTA NÚMERO 6:** Ampliar equipe multidisciplinar da Defensoria Pública para que possa realizar busca ativa para os(as) assistidos(as) em situação de rua
- 5) PROPOSTA NÚMERO 13:** Atuar junto às comunidades terapêuticas e hospitais mentais no sentido de garantir o direito das pessoas internadas
- 6) PROPOSTA NÚMERO 5:** Fortalecimento e ampliação do Núcleo de Moradia e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Ceará
- 7) PROPOSTA NÚMERO 4:** Fortalecimento, ampliação do Projeto Minha escola ensina direitos com a finalidade de promover educação em direitos humanos em municípios com grande extensão territorial/populacional
- 8) PROPOSTA NÚMERO 8:** Investir em capacitação de colaboradores, servidores e Defensores Públicos com a finalidade de propiciar um ambiente de trabalho mais saudável e humanizado

**9) PROPOSTA NÚMERO 11:** Fortalecimento, ampliação e interiorização do Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas da Defensoria Pública do Estado do Ceará

**10) PROPOSTA NÚMERO 14:** Ampliação do Programa de Mediação Comunitária da Defensoria Pública do Estado do Ceará

**11) PROPOSTA NÚMERO 9:** Ampliar o quadro de servidores, assessores e colaboradores da Defensoria Pública do Estado do Ceará para garantir melhor atendimento para aos(as) assistidos(as)

**12) PROPOSTA NÚMERO 15:** Promover nova turma e ampliar o Curso de Defensoras Populares

**13) PROPOSTA NÚMERO 7:** Implantar Núcleos Descentralizados da Defensoria Pública em bairros de Fortaleza com menor IDH, em parcerias com universidades, associações e entidades da sociedade civil

**14) PROPOSTA NÚMERO 12:** Implantar a Rede Acolhe na Região do Cariri

**15) PROPOSTA NÚMERO 1:** Implantar NUAPP e NUDEP na região do Cariri

### **2.6.3. Da realização das audiências públicas**

A escuta dos movimentos sociais, entidades da sociedade civil e lideranças comunitárias de modo direto e presencial sempre é momento aterrar sobre a missão da instituição que é a defesa das pessoas vulnerabilizadas.

Ressalte-se que esse ano tivemos um número recorde de participação nas audiências, 577 pessoas participaram efetivamente desses momentos, sendo de primordial importância o acolhimento de parte das propostas que foram trazidas, sobretudo no que tange as atividades que a Defensoria já vem executando como o fortalecimento das atividades itinerantes para atendimento das comunidades rurais e do interior do estado.

# 3 Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

## 3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2025 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

**a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados:** Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 12% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei e quem tem como Unidade Gestora a Secretaria de Finanças do TJCE. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas.

Através do recolhimento das taxas, sejam elas judiciais (ex. custas processuais) ou extrajudiciais (ex. emolumentos extrajudiciais), o FERMOJU promove a Modernização e o Reparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <https://www.tjce.jus.br/fermoju/> em 20/05/2026 às 09:50)

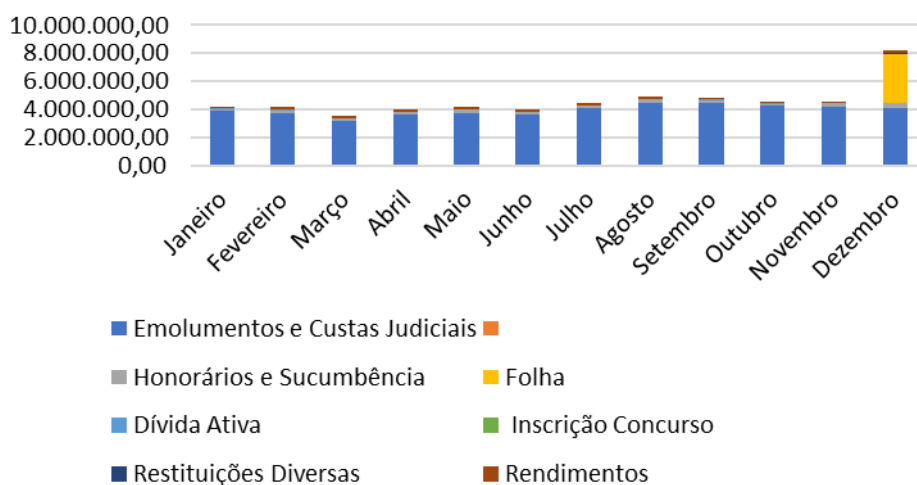
Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
1.759	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	44.000.000,00	48.000.000,00	46.715.299,75	97,32
2.759	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	15.444.225,34	15.420.019,69	99,84
<b>Total</b>		<b>44.000.000,00</b>	<b>63.444.225,34</b>	<b>62.135.319,44</b>	<b>97,94</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re\\_L\\_20250318150024\[jdepo411wfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_L_20250318150024[jdepo411wfg00zixigcdedj].PDF) em 20/05/2026 às 16:00

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 55.494.984,78, sendo R\$ 47.354.156,19 referentes a EMOLUMENTOS e CUSTAS JUDICIAIS, R\$ 2.355.625,76 referente aos HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, R\$ 3.442.857,49 referente a venda da Folha de Pagamento, R\$ 253.217,58 referente a DÍVIDA ATIVA, R\$ 46.480,00 referente a Inscrição em Concurso, R\$ 165.695,95 Restituições Diversas e R\$ 1.876.951,81 referente à RENDIMENTOS.

Arrecadação por Fonte - 2025



Fonte: Secretária de Finanças DPGE em 27/05/2026

Tabela 3 – ARRECADAÇÃO MENSAL FAADEP (FERMOJU, EMOLUMENTO, HONORÁRIOS e SUCUMBÊNCIA, OUTRAS RECEITAS E RENDIMENTOS)

Fonte por mês	Emolumentos e Custas Judiciais	Honorários e Sucumbência	Folha	Dívida Ativa	Inscrição Concurso	Restituições Diversas	Rendimentos	Total
<b>Janeiro</b>	3.935.149,36	94.277,95	0,00	14.996,97	0,00	15.009,61	141.788,82	<b>4.201.222,71</b>
<b>Fevereiro</b>	3.739.106,84	195.448,17	0,00	13.171,31	5.200,00	32.692,69	161.684,42	<b>4.147.303,43</b>
<b>Março</b>	3.133.994,79	172.502,43	0,00	17.347,36	23.550,00	13.470,24	147.091,57	<b>3.507.956,39</b>
<b>Abril</b>	3.588.505,54	201.678,36	0,00	7.995,42	0,00	13.137,28	197.701,63	<b>4.009.018,23</b>
<b>Mai</b>	3.730.493,05	240.463,33	0,00	13.387,15	17.700,00	6.247,79	203.624,56	<b>4.211.915,88</b>
<b>Junho</b>	3.658.002,56	128.279,91	0,00	5.275,23	30,00	4.686,76	165.664,55	<b>3.961.939,01</b>
<b>Julho</b>	4.055.549,81	175.467,25	0,00	12.117,61	0,00	1.641,70	171.944,38	<b>4.416.720,75</b>
<b>Agosto</b>	4.489.093,21	216.043,26	0,00	38.886,31	0,00	555,08	151.644,74	<b>4.896.222,60</b>
<b>Setembro</b>	4.473.663,69	176.367,10	0,00	31.955,27	0,00	3.653,45	143.417,96	<b>4.829.057,47</b>
<b>Outubro</b>	4.252.356,90	138.919,41	0,00	42.013,21	0,00	2.480,82	131.586,51	<b>4.567.356,85</b>
<b>Novembro</b>	4.212.286,24	229.371,02	0,00	19.771,29	0,00	140,79	107.397,35	<b>4.568.966,69</b>
<b>Dezembro</b>	4.085.954,20	386.807,57	3.442.857,49	36.300,45	0,00	71.979,74	153.405,32	<b>8.177.304,77</b>
<b>Total:</b>	<b>47.354.156,19</b>	<b>2.355.625,76</b>	<b>3.442.857,49</b>	<b>253.217,58</b>	<b>46.480,00</b>	<b>165.695,95</b>	<b>1.876.951,81</b>	<b>55.494.984,78</b>

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 27/05/2026

## 3.2. Recursos patrimoniais

Em conformidade com as determinações do Acórdão N° 3276/2023, oriundo do Processo N° 32520/2019-2 e do Acórdão N° 753/2023, oriundo do Processo N° 11331/2019-4, não há registro de bens patrimoniais no Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará – FAADEP.

# 4 Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

## 4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 4 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	8.225.000,00	7.826.945,18	<b>95,16</b>
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	55.219.225,34	54.308.374,26	88,03
<b>Total</b>		<b>63.444.225,34</b>	<b>62.135.319,44</b>	<b>88,10</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20260520163036\[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn\]](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260520163036[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn]).

PDF em 20/05/2026 às 16:30

Tabela 5 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Empenhado(E)	Pago (P)	% P/E
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	7.826.945,18	7.688.480,70	98,23
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	54.308.374,26	49.602.421,52	91,33
<b>Total</b>		<b>62.135.319,44</b>	<b>57.290.902,22</b>	<b>92,20</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20260520163036\[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn\]](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260520163036[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn]).

PDF em 20/05/2026 às 16:30

## 4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

### 421 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 8 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
421	10155	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - FAADEP.	10.000	0	0
421	10264	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- FAADEP	10.000	0	0
421	20135	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS- FAADEP	54.354.225,34	53.490.565,15	98,41
421	20257	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	585.000	558.697,95	95,5
421	20610	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	260.000	259.111,16	99,66
<b>TOTAL</b>			<b>55.219.225,34</b>	<b>54.308.374,26</b>	<b>98,35</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20260520164200\[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn\]](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20260520164200[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn]).

Tabela 9 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
421	10155	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - FAADEP.	0	0	0
421	10264	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO- FAADEP	0	0	0
421	20135	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS- FAADEP	53.490.565,15	48.882.179,63	91,38

421	20257	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ECOMUNICAÇÃO - FAADEP	558.697,95	487.928,14	87,33
421	20610	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	259.111,16	23.2313,75	89,66
<b>TOTAL</b>			<b>54.308.374,26</b>	<b>49.602.421,52</b>	<b>91,33</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20250226163331\[ur3o533ogq54jfl2lk2wtdrp\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250226163331[ur3o533ogq54jfl2lk2wtdrp].PDF)  
em 26/02/2025 às 16:40

## 194 – PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 10 – RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
194	20618	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP.	162.769,00	152.768,40	93,86
194	20619	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	8.057.336,00	7.669.281,78	95,18
194	20688	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA ÀS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA - FAADEP.	0	0	0
194	20690	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	0	0	0
194	20691	PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E CULTURAL DOS SERVIDORES E COLABORADORES DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP	4.895,00	4.895,00	100
<b>TOTAL</b>			<b>8.225.000,00</b>	<b>7.826.945,18</b>	<b>95,16</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20260520164200\[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20260520164200[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn].PDF)  
em 20/05/2026 às 16:42

Tabela 11 – RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
194	20618	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP.	152.768,40	137.764,45	90,18
194	20619	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	7.669.281,78	7.545.821,25	98,39
194	20688	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA ÀS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA - FAADEP.	0	0	0
194	20690	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	0	0	0
194	20691	PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E CULTURAL DOS SERVIDORES E COLABORADORES DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP	4.895,00	4.895,00	100
<b>TOTAL</b>			<b>7.826.945,18</b>	<b>7.688.480,70</b>	<b>98,23</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20260520164200\[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn\]](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20260520164200[4qbctswf1cvn0hm2fjwqbyqn]).

PDF em 20/05/2026 às 16:42

# 5 Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

## Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

### 5.1. Indicadores de Gestão

#### QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

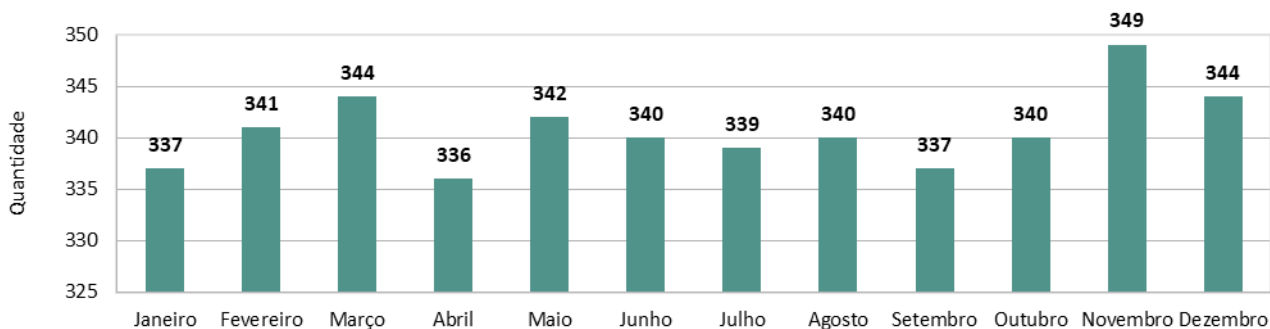


Tabela 14 – GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRD + SOLAR	757.499	635.299	736.874	844.517	954.786	1.117.877	1.028.407
ACOLHIMENTOS	2º GRAU	ND	1	1.617	12.603	6.817	2.606	11.772	14.624
ACOLHIMENTOS	ACARAPE	ND	0	0	0	0	0	10	0
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	242	1.195	231	39	335	1.714
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	536	661	512	680	522	493	331
ACOLHIMENTOS	ACOPIARA	ND	0	0	0	0	2	757	356
ACOLHIMENTOS	ALECE	ND	0	0	0	0	3	0	35
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	1	9.897	23.851	26.193	32.973	32.616	25.568
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	254	671	1.121	689
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	626	389	30	393	2.230	3.778
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	1.420	8.254	4.124	2.871	6.731	11.563
ACOLHIMENTOS	ARACOIABA	ND	0	0	0	0	0	370	94
ACOLHIMENTOS	ALTO SANTO	ND	0	0	0	0	0	0	2
ACOLHIMENTOS	ARC	ND	0	0	0	0	0	0	295
ACOLHIMENTOS	ASPRO	ND	0	0	0	0	0	0	596
ACOLHIMENTOS	AURORA	ND	0	0	0	0	0	102	0
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	264	3.778	5.740	7.813	9.558	10.053
ACOLHIMENTOS	BARRO	ND	0	0	0	0	0	0	4
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	554	2.669	2.326	5.888	8.052
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	53	107	311	1.273	1.509	2.077
ACOLHIMENTOS	BELA CRUZ	ND	0	0	0	0	0	3	0
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	288	760	834	1.048
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	1.135	2.327	1.692	1.889
ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	303	398	555	1.463
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	143	53	735	1.608	1.126	3.206	6.701
ACOLHIMENTOS	CAMPOS SALES	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	1	1.102	1.828	6.042	7.472
ACOLHIMENTOS	CARIRIAÇU	ND	0	0	0	0	0	0	7
ACOLHIMENTOS	CARIRI	ND	0	0	0	0	0	0	1.724
ACOLHIMENTOS	CASCAVEL	ND	0	0	0	0	1.537	3.771	4.156
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	0	6.655	26.811	32.603	38.857	55.906	67.221
ACOLHIMENTOS	CDC/CDI	ND	0	0	0	0	3	72	156
ACOLHIMENTOS	CEDRO	ND	0	0	0	0	99	1	0
ACOLHIMENTOS	CEARÁ COM DIREITOS	ND	0	0	0	0	0	0	178
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	0	17.163	16.310	35.033	40.156	50.415	52.379
ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	616	244	5	0
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	7	0	1.476	64	14	2.109	3.932
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	4.941	8.713	5.297	10.617	31.045	61.757

ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	0	8.527	17.314	14.374	12.743	31.751	36.191
ACOLHIMENTOS	CJR	ND	0	0	0	0	0	45	26
ACOLHIMENTOS	CRUZ	ND	0	0	0	0	0	43	1
ACOLHIMENTOS	CUSTÓDIA	ND	0	0	0	0	0	2	151
ACOLHIMENTOS	CUCA	ND	0	0	0	0	0	0	511
ACOLHIMENTOS	CURADORIAS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	0	1.119	1.510
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	0	0	0	0	374	736
ACOLHIMENTOS	DELITOS SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	ND	0	0	462	1.828	1.217	390	276
ACOLHIMENTOS	DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	520	375	449	516
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	16.092	24.563	19.400	19.900	4.868	15.603
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	140	212	901	572
ACOLHIMENTOS	EUSÉBIO	ND	0	0	0	0	0	3.129	5.863
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	1	39.041	45.309	75.683	72.917	91.286	95.124
ACOLHIMENTOS	FARIAS BRITO	ND	0	0	0	0	0	359	952
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	2.257	6.472	6.183	5.399	13.912	21.423
ACOLHIMENTOS	GRANJA	ND	0	0	0	0	0	582	500
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	45	104	157	383	1.261	1.355
ACOLHIMENTOS	IBIAPINA	ND	0	0	0	0	0	44	0
ACOLHIMENTOS	IBICUITINGA	ND	0	0	0	0	0	13	67
ACOLHIMENTOS	ICAPUÍ	ND	0	0	0	0	0	0	117
ACOLHIMENTOS	ICÓ	ND	0	0	0	0	0	1.589	3.000
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	7.915	2.989	2.653	5.314	7.201	17.589	21.839
ACOLHIMENTOS	IES	ND	0	0	0	0	0	2	11
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	882	6.960	5.221	7.206	21.361	24.612
ACOLHIMENTOS	INDEPENDÊNCIA	ND	0	0	0	0	92	0	0
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	192	1.482	0	0	427	673
ACOLHIMENTOS	IPUEIRAS	ND	0	0	0	0	0	11	0
ACOLHIMENTOS	IRACEMA	ND	0	0	0	0	0	0	39
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	313	449	1.577	3.346
ACOLHIMENTOS	ITAPIOCA	ND	0	0	0	0	337	367	1.685
ACOLHIMENTOS	ITAREMA	ND	0	0	0	0	0	35	242
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	7.022	5.892	10.685	14.317	18.307	27.571	40.279
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	3.646	8.342	20.918	31.324	32.282	44.715	66.099
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	787	3.357	10.970	13.212	24.264	32.744

ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	2.248	3.002	4.556	9.443
ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	255	915	555	1.394	2.746
ACOLHIMENTOS	JUÍZO MILITAR	ND	0	1	0	0	0	92	143
ACOLHIMENTOS	LAVRAS DA MANGABEIRA	ND	0	0	0	0	43	1.989	2.766
ACOLHIMENTOS	LIMOEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	3	638	6.693	9.404
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	0	9.750	8.037	10.078	5.200	13.198	14.321
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	1.560	1.433	1.903	3.875	4.537	7.011	8.642
ACOLHIMENTOS	MARCO	ND	0	0	0	0	0	5	7
ACOLHIMENTOS	MASSAPÊ	ND	0	0	0	0	0	0	227
ACOLHIMENTOS	MAURITI	ND	0	0	0	0	0	0	6
ACOLHIMENTOS	MEU PAI TEM NOME	ND	0	0	0	0	0	44	27
ACOLHIMENTOS	MOMBAÇA	ND	0	0	0	0	0	283	303
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	45	300	0	111	1.134	2.598
ACOLHIMENTOS	MORRINHOS	ND	0	0	0	0	0	5	4
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	234	996	3.882	5.902	687	1.111	3.698
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	197	2.727	4.048	3.855	2.413	7.850	8.689
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	412	24.119	612	377	25	6.380	19.943
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	43.166	21.673	24.638	32.988	37.218	44.067	40.783
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	173	0	2	1	292	195
ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	115	268	406	241
ACOLHIMENTOS	NUAUX	ND	0	0	7	69	56	2.159	1.732
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	1.046	3.722	3.436	4.154	6.880	6.860
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	1.265	4.008	2.058	3.107	22.322	35.992
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	3.684	2.771	4.519	5.068	13.429	16.434	21.171
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	2.427	8.473	3.743	3.730	6.191	7.810
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	0	1.501	3.629	2.873	320	137	943
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	21.550	25.804	29.707	50.522	83.210	76.305	60.841
ACOLHIMENTOS	NÚCLEO DA JUSTIÇA 4.0	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	34	9	281	381	513	444
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	4.743	3.126	5.876	9.507	8.258	12.712	11.763
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	4.086	4.984	12.479	14.818	10.819	11.708	11.010
ACOLHIMENTOS	OUTROS	ND	0	8.933	30.395	46.804	53.340	74.712	74.281
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	332	289	0	0	0	0	0
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	2.557	603	1	20	1.562	1.979	1.474

ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	52	685	446	474	2.149	3.430
ACOLHIMENTOS	PARACURU	ND	0	0	0	0	0	0	217
ACOLHIMENTOS	PROJETO AMAR	ND	0	0	0	0	0	0	321
ACOLHIMENTOS	PROJETO ACOLHER	ND	0	0	0	0	1	0	231
ACOLHIMENTOS	PROJETO PIPA	ND	0	0	0	0	0	983	1.401
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	65	3.280	2.370	6.803	8.856	12.682
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	891	5.250	1.923	1.962	14.226	18.667
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	194	352	0	181	1.901	825
ACOLHIMENTOS	REDENÇÃO	ND	0	0	1	0	560	918	1.217
ACOLHIMENTOS	REGISTROS PÚBLICOS	ND	0	0	0	0	22	288	96
ACOLHIMENTOS	RERIUTABA	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	326	1.975	772	531	5.135	2.204
ACOLHIMENTOS	SANTA QUI-TÉRIA	ND	0	0	0	13	3	98	53
ACOLHIMENTOS	SÃO BENE-DITO	ND	0	0	0	0	0	128	433
ACOLHIMENTOS	SÃO GONÇA-LO DO AMA-RANTE	ND	0	0	0	0	39	437	659
ACOLHIMENTOS	SENADOR POMPEU	ND	0	0	0	0	72	13	5
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	16.862	8.685	26.231	30.232	31.822	42.027	42.253
ACOLHIMENTOS	SOLONÓPOLE	ND	0	0	0	0	0	172	75
ACOLHIMENTOS	SUB-REGIS-TRO	ND	0	0	0	1	0	47	40
ACOLHIMENTOS	SUCCESSÕES	ND	0	1.765	5.427	7.462	8.870	7.685	8.750
ACOLHIMENTOS	TABULEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	596	1.042	808
ACOLHIMENTOS	TAMBORIL	ND	0	0	0	0	0	26	9
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	7	13	177	414	227
ACOLHIMENTOS	TIANGUÁ	ND	0	0	1	4	113	1.087	1.729
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	488	503	1.017	1.509
ACOLHIMENTOS	TRIBUNAIS SUPERIORES	ND	0	0	0	1	0	32	163
ACOLHIMENTOS	TURMAS RE-CURSAIS	ND	0	0	0	0	0	15	1
ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALE-GRE	ND	0	0	0	109	300	92	51
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	749	652	1.561	8.004	51
<b>NPBD – Estimativa do número de pessoas benefi-ciadas diretamente</b>			<b>876.152</b>	<b>889.615</b>	<b>1.172.900</b>	<b>1.399.402</b>	<b>1.588.130</b>	<b>2.062.415</b>	<b>2.157.965</b>
<b>NPBI – Estimativa do número de pessoas benefi-ciadas indiretamente (NPBD * 3,6)</b>			<b>3.154.147</b>	<b>3.202.614</b>	<b>4.222.440</b>	<b>5.037.847</b>	<b>5.717.268</b>	<b>7.424.694</b>	<b>7.768.674</b>

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 29/04/2026. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2025.

Tabela 15 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD) (1)	876.152	889.615	1.172.900	1.399.402	1.588.130	2.062.415	2.157.965
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6) (1)	3.154.147	3.202.614	4.222.440	5.037.847	5.717.268	7.424.694	7.768.674
Média mensal de atendimentos (3)	73.013	74.135	97.742	116.617	132.344	171.868	179.830
Quantidade média de Defensores na atividade-fim (1)	289	315	318	310	316	338	341
Produtividade média mensal dos Defensores (1)	253	235	307	376	419	508	527
Valor total Pago da Fonte Recursos Ordinários (7)	165.055.003	179.793.512	182.983.191	214.233.207	253.145.467	283.597.589	323.738.163,92
Custo médio do Atendimento (2)	167,19	201,23	156,01	153,09	159,4	137,51	150,02
População estimada (4)	9.132.858	9.187.886	9.240.580	9.240.580	8.794.957	9.233.656	9.268.836
Habitantes por Defensor (5)	31.602	25.993	29.058	29.808	29.242	27.319	27.181

Fontes:

(1) METABASE (Business Intelligence) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;

(2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pelo Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente;

(3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo:  $(NPBD/Quant\ Defensores)/12$ );

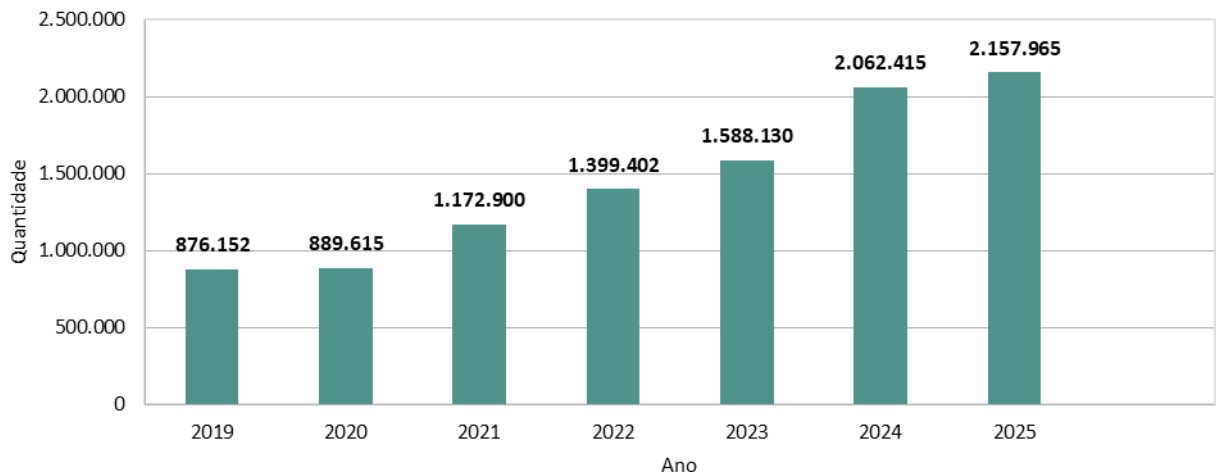
(4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06. Não houve atualização pelo IBGE da população estimada do ano de 2025 até o dia 18.05.2026, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>;

(5) Habitantes por Defensor Público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

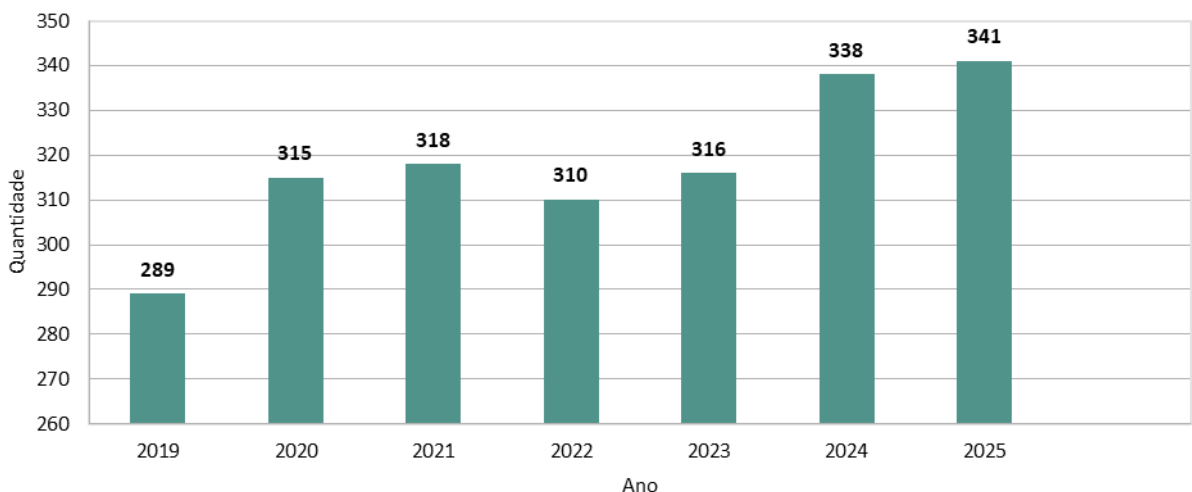
(6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo:  $(NPBD/12)$ );

(7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);

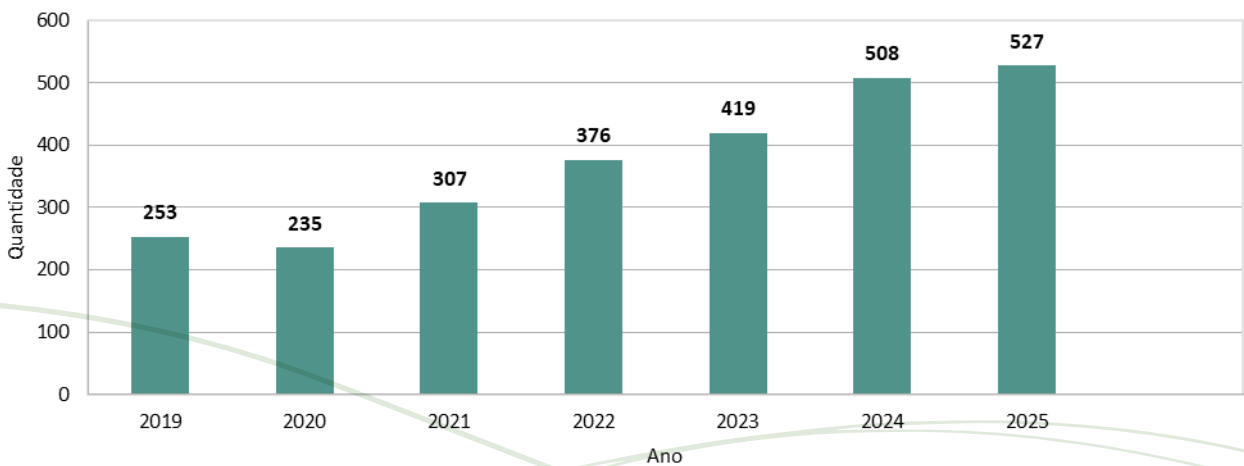
### PROCEDIMENTOS POR ANO



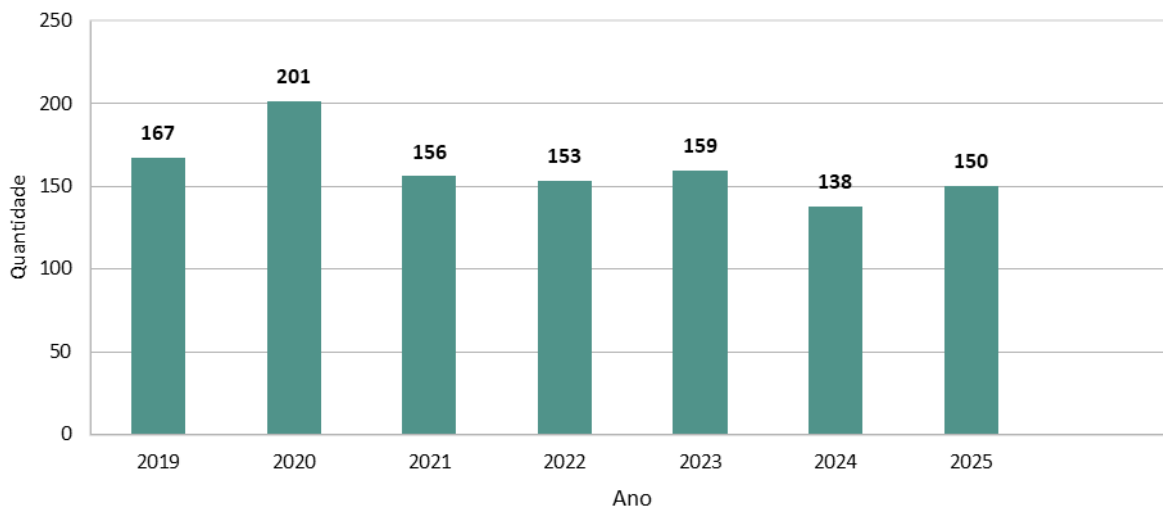
### MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM



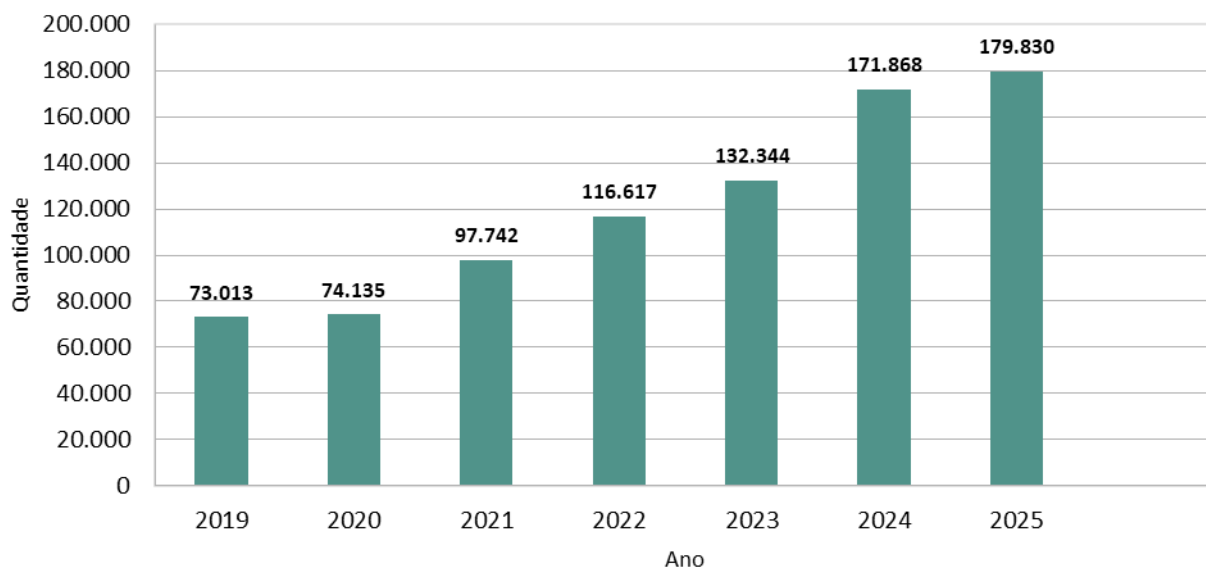
### PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



### CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



### MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



## 5.2. Indicadores de Desempenho

### Indicadores de Eficiência

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos com base nas iniciativas prioritárias constantes no PPA 2024-2027, são elas:

#### 194.1 - Ampliar o acesso gratuito à Justiça.

##### Entrega: 1893 - SERVIÇO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
967.086	317.037	683.539	1.037.707

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20619 - Promoção da Oferta de Serviços de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - FAADEP.	5.150.000,00	8.057.336,00	7.669.281,78	7.545.821,25	95,18	98,39
<b>Total</b>	<b>5.150.000,00</b>	<b>8.057.336,00</b>	<b>7.669.281,78</b>	<b>7.545.821,25</b>	<b>95,18</b>	<b>98,39</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20250409160302\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409160302[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 20/05/2026 às 17:09

##### Entrega: 1914 - ATENDIMENTO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1.000	388	725	1.137

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
11034 - Fortalecimento do Atendimento Jurídico e Psicossocial de Mulheres em Situação de Cárcere e seus Familiares - DPGE.	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel\\_20250409160302\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409160302[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 20/05/2026 às 17:09  
Nota Explicativa: A ausência de execução orçamentária e financeira se deve ao fato de que esta entrega foi realizada através de ações vinculadas ao órgão 06000000-Defensoria Pública Geral do Estado.

## Entrega: 1966 - AÇÃO REALIZADA

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
10	8	11	13

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20690 - Promoção da Oferta Itinerante de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - FAADEP.	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20250409160302\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 20/05/2026 às 17:09

Nota Explicativa: A ausência de execução orçamentária e financeira se deve ao fato de que esta entrega foi realizada através de ações vinculadas ao órgão 06000000-Defensoria Pública Geral do Estado.

## 194.2 - Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.

### Entrega: 1892 - EVENTO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
100	35	61	145

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20691 - Promoção do Aperfeiçoamento Profissional e Cultural dos Servidores e Colaboradores da Defensoria Pública - FAADEP.	30.000	4.895	4.895	4.895	100	100
<b>Total</b>	<b>30.000</b>	<b>4.895</b>	<b>4.895</b>	<b>4.895</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20250409160302\[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw\].](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302[gkx5dgfbdpklwd4k1rfpjprw].)

## Entrega: 1967 - PROFISSIONAL QUALIFICADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
0	0	0	0

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20618 - Promoção da Melhoria Contínua na Prestação dos Serviços de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - FAADEP.	330.000	162.769	152.768,4	137.764,45	93,86	90,17
<b>Total</b>	<b>330.000</b>	<b>162.769</b>	<b>152.768,4</b>	<b>137.764,45</b>	<b>93,86</b>	<b>90,17</b>

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL\\_20250409160302\[gkx5dgbdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302[gkx5dgbdpklwd4k1rfpjprw].PDF) 20/05/2026 às 17:09

Nota Explicativa: A execução orçamentária e financeira, mesmo diante do fato de não ter havido entregas, se deve ao pagamento das mensalidades dos cursos em andamento, que serão concluídos nos próximos anos.

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objetivo Específico	Realizado 2025 (A)	Investimento 2025 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	1.037.707	7.669.281,78	7,39
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	1.137	0	0
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	13	0	0
194.2.1892	Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.	Evento Realizado	145	4.895	33,75
194.2.1967	Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.	Profissional Qualificado	0	152.768,4	0

## INDICADORES DE EFICÁCIA

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2018).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 19 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024– 2027	Entrega do Objeto Específico	Programado 2025 (A)	Realizado 2025 (B)	I (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	967.086	1.037.707	1,07
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	1.000	1.137	1,13
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	10	13	1,3
194.2.1892	Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.	Evento Realizado	100	145	1,45
194.2.1967	Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.	Profissional Qualificado	0	0	0

## INDICADORES DE ECONOMICIDADE

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2018).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 20 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024- 2027	Entrega do Objetivo Específico	R\$ / Unid. Entregues 2024 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2025 (I)	% Indic. (I/ Ia)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	6,01	7,39	1,22
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	0	0	0
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	0	0	0
194.2.1892	Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.	Evento Realizado	141,87	33,75	0,23
194.2.1967	Melhorar a qualidade dos serviços defensorias prestados à população.	Profissional Qualificado	241.125,70	0	0

# **6 Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso**

No exercício de 2025 o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não executou projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.

*Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 27/05/2026*

# 7 Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres

Para o exercício de 2025 o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não executou transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.

*Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 27/05/2026.*

# 8 Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades

O Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não firmou, no exercício de 2025, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97, de 30 de dezembro de 1997.

*Fonte: Secretaria de Administração DPGE em 10/02/2026.*

# 9 Conclusão

A instituição pública que atua de forma estratégica, planejada e orientada a resultados fortalece a transparência de sua atuação e amplia a capacidade de entrega de serviços de qualidade à sociedade. O planejamento institucional proporciona maior clareza quanto aos objetivos, metas e prioridades da organização, permitindo não apenas o acompanhamento das ações desenvolvidas, mas também a avaliação contínua dos resultados alcançados em benefício da população.

Nesse contexto, a busca permanente pela eficiência, eficácia e efetividade no cumprimento da missão constitucional da Defensoria Pública do Estado do Ceará exige a adoção de práticas modernas de governança, gestão orientada por resultados e aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados ao cidadão hipossuficiente cearense. O fortalecimento institucional, aliado à inovação administrativa e à modernização dos processos de trabalho, tem contribuído para ampliar o acesso à justiça, garantir maior celeridade no atendimento e elevar a qualidade da assistência jurídica integral e gratuita oferecida à sociedade.

Importante destacar que a participação social constitui elemento essencial da gestão democrática e transparente. A realização do X Ciclo de Orçamento Participativo, em 2025, reafirmou o compromisso da Defensoria Pública do Estado do Ceará com a construção coletiva de suas diretrizes institucionais, promovendo a participação ativa de membros, servidores, colaboradores e da sociedade civil na definição de prioridades, objetivos e metas institucionais. Tal iniciativa fortalece os mecanismos de governança participativa e legitimidade institucional, consolidando uma gestão pautada no diálogo, na transparência e na responsabilidade social.

Os avanços obtidos no período de 2024-2025 evidenciam o fortalecimento da governança institucional e a evolução dos indicadores estratégicos da Defensoria Pública do Estado do Ceará, dentre os quais destacam-se:

Indicador	2024	2025
Total de atendimentos realizados	2.062.415	2.157.965
Índice de execução dos projetos do Planejamento Estratégico	58,03%	95,38%
Índice de Transparência Pública	96,01%	100,00%
Programa Nacional de Transparência Pública – ATRI-CON	Selo Diamante	Selo Diamante

Os resultados alcançados refletem o esforço contínuo da Defensoria Pública do Estado do Ceará na implementação de metodologias modernas de gestão pública, no fortalecimento das práticas de governança institucional e na adoção de boas práticas administrativas voltadas à eficiência operacional, à transparência pública e à melhoria contínua dos serviços prestados à população cearense.

O significativo crescimento do índice de execução dos projetos estratégicos, associado ao aumento do número de atendimentos realizados e à manutenção do mais elevado nível de transparência pública reconhecido nacionalmente pelo Programa Nacional de Transparência Pública da ATRICON, demonstra a maturidade institucional alcançada e o compromisso permanente da Defensoria Pública com a excelência na gestão pública e na promoção do acesso à justiça.

Dessa forma, a Defensoria Pública do Estado do Ceará seguirá, no exercício de 2026, aperfeiçoando seu modelo de gestão institucional, investindo em inovação, transformação digital, governança, integridade, transparência e modernização administrativa, com o propósito de assegurar serviços cada vez mais eficientes, acessíveis e humanizados à sociedade cearense, fortalecendo sua missão constitucional de promoção dos direitos humanos, cidadania e acesso integral à justiça.

# 10 Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024-2025. Fortaleza. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/planejamento-estrategico/2024-2025/>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Novembro/2018. Download em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento\\_estrategico\\_arquivos/livros\\_guias\\_publicacoes/guia- metodologico-para-indicadores-mp-2018.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/guia- metodologico-para-indicadores-mp-2018.pdf) ;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.





**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DO CEARÁ